

Redação

REDAÇÃO

PROPOSTA 1

Uma amiga sua de escola foi vítima de um disparo acidental por arma de fogo, realizado por uma pessoa que havia obtido porte de colecionador de armas com base nos Decretos Federais 9.846/2019 e 10.627/2021. Um ano após a morte de sua amiga, você foi informada/o de que um grupo de empresários de seu bairro inauguraria um *clube de tiro* perto da sua casa. Preocupada/o, você decidiu convocar uma reunião com a associação de moradores do seu bairro para discutirem providências a serem tomadas a respeito. No seu texto de **convocação**, você deve **a)** destacar os perigos que envolvem a abertura de um *clube de tiro* em seu bairro; **b)** apresentar argumentos contrários à posse e ao porte de armas de fogo; e, de modo mais amplo, **c)** criticar uma política de segurança pública baseada no armamento da população brasileira. O seu texto deve, obrigatoriamente, levar em conta a coletânea a seguir.

1. Dados do Exército Brasileiro mostram que, entre janeiro de 2019 e maio de 2022, surgiram 1.006 clubes de tiro no Brasil. É quase um clube de tiro inaugurado por dia, totalizando mais de 2 mil espaços como estes em todo o país. Paralelamente, números divulgados pelo Anuário de Segurança Pública apontam um crescimento de 474% no número de pessoas que conseguiram o Certificado de Registro – documento emitido pelo Exército –, que dá direito ao cidadão de exercer atividades como Caçador, Atirador e Colecionador, os chamados CACs. Essa autorização também inclui transitar com a arma no percurso entre a casa e o clube de tiro. A abertura de clubes de tiros interessa ao setor econômico da indústria armamentista, composta por indústrias de armas, empresários de clubes, atiradores, influenciadores digitais, instrutores e todos que defendem o uso da arma de fogo. Muitos desses estabelecimentos também trabalham com a venda de armas e auxiliam o interessado com a documentação exigida para tirar o porte de arma.

(Adaptado de SOBREIRA, Amanda. Como a política de armas de Bolsonaro facilita crimes e arsenais como o de Roberto Jefferson. *Brasil de Fato*, 29/10/2022.)

2. O Instituto Sou da Paz aponta que, atualmente no Brasil, mais de 880 mil armas de fogo estão nas mãos de CACs. A lei em vigor permite que os atiradores comprem até 60 armas, sendo que 30 de uso restrito, como fuzis, além da compra anual de até 180 mil balas. Já os caçadores podem comprar até 30 armas, 15 delas de uso restrito e até 6 mil balas. Para os colecionadores, a legislação não impõe limite numérico.

(Adaptado de DEISTER, Jaqueline. O que os últimos homicídios cometidos por policiais significam no debate sobre armamento? *Brasil de Fato*, 20/07/2022.)

3. “Ter uma arma triplica o risco de suicídio”, salienta David Hemenway, professor de saúde pública da *Universidade de Harvard*. Várias de suas pesquisas concluíram que estados onde há mais lares com armas têm taxas de suicídio mais altas, particularmente suicídios por armas de fogo. A diferença seria explicada pelo acesso mais fácil ao armamento, já que não havia nessas residências problemas de saúde mental ou casos de pensamentos suicidas acima da média. Em análises da relação entre disponibilidade de armas de fogo e mortes não intencionais, homicídios e suicídios de mulheres e crianças, o professor Hemenway concluiu que em estados com mais armas há mais mortes violentas nesses grupos. Outra análise, comparando 25 países de renda alta, revelou que, onde há mais armas, há mais homicídios de mulheres, com os Estados Unidos da América no topo da lista.

(Adaptado de CORRÊA, Alessandra. Armas são eficazes para defesa pessoal? Por que este professor americano sustenta que esse discurso é mito. *BBC News Brasil*, 18/09/2018.)

4. Local de mortes por armas de fogo de mão

■ 2020 ■ 2021



(Extraído de Instituto Sou da Paz. Mortes por arma de fogo de mão sobem em meio a queda de homicídios no país. 15/07/2022.)

5. A organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) tem utilizado os decretos do presidente para adquirir legalmente armas de fogo. A política facilita a compra de armamento para quem se registra como colecionador, atirador ou caçador, apelidados de CACs. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, criminosos da facção têm usado tal nomenclatura para as compras. Os equipamentos foram comprados com autorização da lei atual – alguns por meio de “laranjas”, pessoas que adquirem as armas para o grupo, mas também por criminosos com extensa ficha criminal.

(Adaptado de Notícias Uol – São Paulo. PCC utiliza política dos CACs de Bolsonaro para comprar armas, diz jornal. 25/07/2022.)

6. O Instituto de Segurança Pública concluiu que o combate à criminalidade se dá com novas formas de atuação das polícias, principalmente no que tange às ações de inteligência e estrutura (armamento, viaturas, coletes, contingente, informatização). Tais mecanismos, até então utilizados pelo estado de São Paulo, ilustram o combate à criminalidade através de políticas de segurança e de políticas públicas sociais.

(Adaptado de CAPEZ, Fernando. Controvérsias jurídicas. Segurança pública e armamento da população civil. *Consultar Jurídico*, 14/04/2022.)

COMENTÁRIO PROPOSTA 1

A redação da proposta 1 pediu a escrita de um texto de convocação para discutir o tema do porte de armas de fogo. A situação exigiu que o vestibulando se imaginasse na posição de uma/um adolescente que teve uma amiga da escola vítima de disparo acidental de arma de fogo e, preocupada/o com a questão, decidiu convocar uma reunião com a associação de moradores com o intuito de questionar a abertura de um clube de tiro no seu bairro.

As exigências da “Proposta Temática” caracterizam essa convocação como um texto argumentativo que deveria, necessariamente, a) destacar os perigos da abertura de um clube de tiro; b) apresentar argumentos contrários à posse e ao porte de armas de fogo; e, de modo mais amplo, c) criticar uma política de segurança pública baseada no armamento da população brasileira. Deve-se destacar que, diferentemente de textos argumentativos em que o aluno pode escolher seu ponto de vista e quais argumentos mobilizar, a proposta 1 fez exigências específicas para avaliar a leitura e a capacidade do candidato de cumprir precisamente as solicitações estabelecidas pela proposta.

Para o desenvolvimento do texto, o vestibulando teve acesso a uma coletânea generosa, com seis fragmentos repletos de informações relevantes que deveriam ser utilizadas para garantir um bom desempenho no critério de “Leitura dos Textos”. O excerto 1 apresentou uma reportagem com estatísticas sobre a abertura de clubes de tiro nos últimos anos. No excerto 2, por sua vez, havia dados sobre o aumento da quantidade de armas em circulação no Brasil. No terceiro texto da coletânea, o candidato poderia se apropriar da declaração de especialistas sobre os riscos de suicídio associados à posse de armas de fogo. Já o texto 4 expôs um gráfico com informações sobre mortes por armas de fogo, inclusive com dados a respeito de homicídios em áreas escolares. O excerto 5 apresentou como decretos que flexibilizam o porte de armas têm favorecido a aquisição legal de armamentos por facções criminosas, como o PCC. Finalmente, o texto 6 indicou a relação entre o combate à criminalidade e políticas públicas sociais.

O texto da convocação, sendo direcionado a uma associação de moradores, para discutir um tema de relevância coletiva, exigia que o vestibulando escrevesse utilizando o registro formal, podendo utilizar a linguagem em terceira pessoa ou em primeira pessoa, em nome da/o adolescente ou dos moradores do bairro.

Por fim, destacam-se alguns detalhes desafiadores da proposta: não houve solicitação para que o texto indicasse o local e data da reunião, mas o candidato que se atentasse a esse detalhe poderia trazer um caráter mais realista para seu texto. Além disso, a convocação poderia ser feita em diferentes momentos: no início, com um título ou um vocativo direcionado aos moradores, ou na parte final da redação. Assim, a proposta 1 se mostrou uma prova atual com um tema relevante, de grau de dificuldade mediano, mas acessível aos vestibulandos atentos a exigências específicas.

O colégio em que você estuda decidiu lançar um projeto de *educação antirracista*. Antes de elaborar tal projeto, a direção resolveu escutar estudantes, familiares, professoras/es e funcionárias/os sobre a questão da discriminação racial no espaço escolar. Solicitou, então, que cada um desses membros da comunidade escolar enviasse um **depoimento**, a ser mantido em sigilo. Decidida/o a contribuir com esse projeto e compartilhar a sua experiência como estudante do terceiro ano do ensino médio, você enviará o seu depoimento, no qual deve **a)** declarar como se identifica racialmente; **b)** relatar se já presenciou, cometeu ou sofreu algum ato de racismo dentro do colégio e **c)** explicar como a diversidade étnico-racial é tratada nesse espaço escolar: no currículo, ou nos conflitos cotidianos, ou na contratação de professoras/es, ou na presença de alunas/os negras/os. O seu texto deve, obrigatoriamente, levar em conta a coletânea a seguir.

1. Antirracismo: postura, sentimento, movimento, conceito de oposição ao racismo.

(Dicionário Caldas Aulete. Disponível em <https://www.aulete.com.br/antirracismo>. Acesso em 01/09/2022.)

2. “As escolas trazem o racismo como uma questão entre duas pessoas, confundindo-o com *bullying*. Não o enxergam como um sistema que se retroalimenta e se reinventa”, explica Ednéia Gonçalves, diretora-executiva adjunta da Ação Educativa. Pensar uma educação antirracista envolve tratar da relação entre duas pessoas, mas também de permitir que todos tenham sua identidade e história acolhidas no espaço escolar. E o processo de acolhimento e de reconhecimento das identidades requer que a escola repense todas as suas dimensões: curricular, formativa, de atendimento, avaliação, material didático, arquitetura e rotina. Se a escola não tiver um trabalho constante, sério e intencional de autoestima, autocuidado, de valorização da cultura negra, vai ser muito difícil as pessoas se identificarem como negras. As escolas estão avançando, mas o racismo aparece muito nas dobras. Quando você esgarça, ele pula”, alerta Ednéia.

(Adaptado de Como pensar a construção de uma educação antirracista. Centro de Referências em Educação Integral, 11/06/2019.)

3.



(Disponível em <https://bahiapravoce.com.br/consciencia-negra-debates-com-charge-na-sala-de-aula/>. Acesso em 25/11/2022.)

4. Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

(Adaptado de BRASIL. Palácio do Planalto. Lei nº 11.645, de 10/03/2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09/01/2003.)

5. “Há quase uma ausência do debate racial no campo da Educação. E esse silêncio nos leva a acreditar no mito da democracia racial. Mas os números revelam que não é assim”, explicou Iara Pires Viana, geógrafa e gestora da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Segundo ela, há uma relação intrínseca entre as desigualdades raciais e o direito de aprender. Iara defende que o papel da Educação para não reproduzir o racismo é o de denunciar a pedagogia das ausências, isto é, o racismo epistêmico, marcado em todo o processo de formação. Promover uma educação antirracista vai muito além de simplesmente combater as manifestações materiais do racismo cotidiano, como ofensas e xingamentos. Apesar de positivas, essas medidas não bastam para a construção de uma educação efetivamente inclusiva e equânime. A educação antirracista implica necessariamente a revisão do currículo, garantindo sua pluriversalidade, bem como a composição de um corpo docente etnicamente diverso.

Indicador	% de Brancos	% de Negros
6-14 anos Ensino Fundamental	95	94,3
Conclusão Ensino Fundamental	87,4	76,5
15-17 anos Ensino Médio	67,8	53,7
18-24 anos Ensino Médio	21,5	39,5
Conclusão Ensino Médio	71,7	52,6
18-24 anos Ensino Superior	26,5	12,8
Analfabetismo	4,9	10,6

(Adaptado de O papel central da escola no enfrentamento do racismo. Portal Geledés, 18/09/2020.)

COMENTÁRIO PROPOSTA 2

A proposta 2 apresentou uma situação comunicativa em que um estudante da terceira série do ensino médio deveria redigir um depoimento no qual relatasse o seu ponto de vista sobre as relações raciais em sua escola, num contexto de implementação de políticas antirracistas.

O enunciado solicitava ao candidato que fossem cumpridas três tarefas para o desenvolvimento textual nessa proposta, sendo duas delas explicitamente narrativas e uma de caráter expositivo, sendo necessário o posicionamento do enunciador em 1ª pessoa do singular (EU) para o cumprimento de todos esses pontos. Tendo em vista o ponto de vista subjetivo desse depoimento, a redação desse texto não necessitava dirigir-se a um interlocutor específico, muito embora pudesse incluir os leitores na 1ª pessoa do plural (NÓS) nas partes voltadas à descrição de situações ligadas ao ambiente escolar em geral.

As duas primeiras tarefas (A e B) envolviam a identificação do enunciador como o autor do texto e narrador da experiência a ser relatada. Especificamente, tal identificação deveria levar ao relato de possíveis situações envolvendo as relações raciais na escola sob a perspectiva subjetiva desse mesmo narrador, que poderia ser o protagonista dos acontecimentos relatados ou o testemunha e, assim, identificar-se como vítima, testemunha ou protagonista de atos de racismo.

A última tarefa (C) solicitava a explicação sobre as formas como a diversidade étnico-cultural é abordada no meio escolar, seguindo-se a perspectiva pessoal e subjetiva do narrador. Para esse item, foram oferecidas alternativas ao foco dessa explicação, que poderia contemplar relações entre racismo e estavam subsidiadas pelos excertos da coletânea: currículo escolar (Textos 4 e 5); conflitos cotidianos (Textos 2 e 3); contratação de professores; ou presença de alunos negros (Textos 2, 3 e 5). Nesse sentido, caberia ao candidato a escolha de uma ou mais das opções sugeridas na prova, o que foi favorecido pelos excertos da coletânea, que se distribuíram de modo equilibrado na sugestão de ideias para o detalhamento de qualquer uma dessas situações.

Para o desenvolvimento narrativo-expositivo, além do Texto 1, foram oferecidos outros 4 excertos de variados gêneros discursivos, os quais serviram para apropriação temática e criação de situações narrativas que contemplassem os objetivos do depoimento. Para o candidato desavisado, o Texto 1 ofereceu uma sucinta definição sobre antirracismo, a palavra-chave para a compreensão do tema geral da prova. O Texto 2 permitiu o reconhecimento do limiar entre o racismo e o *bullying*, sugerindo ao candidato uma reflexão sobre situações diversas que poderiam ser entendidas como formas de violência motivadas pelo preconceito racial. Em diálogo com este excerto, o Texto 3 ilustrou uma situação resultante de um ambiente escolar em que as relações raciais são simbolicamente debatidas, como a desconstrução do racismo por trás da identificação do “lápis cor de pele”.

Por fim, os Textos 4 e 5 se complementam no sentido de oferecer subsídios para a compreensão sobre outras camadas de manifestação do racismo na educação, como é o caso do conteúdo programático enviesado pelo “racismo epistêmico”. Vale destacar que, no último excerto, uma tabela com os percentuais de discentes negros na educação pública do estado de Minas Gerais, que poderia servir para inferências e comparações com a realidade relatada no depoimento.

Sendo um texto narrativo, a linguagem em primeira pessoa do singular contribuiria para caracterizar o depoimento, em registro formal. Contudo, por ser um texto produzido por uma/um adolescente, traços de informalidade provavelmente serão aceitos, desde que o vestibulando não cometa exageros. Assim, é possível dizer que a proposta 2 da prova de redação da Unicamp também apresentou um tema atual, com desafios que poderiam ser solucionados pelo vestibulando com uma leitura crítica e atenta.